

## O país em busca de uma agenda

*A inclusão digital entrou, definitivamente, para a agenda dos governos – federal, estadual e municipal – e não apenas com a função de cumprir um papel social, mas como uma necessidade para o desenvolvimento tecnológico e econômico do país. Tanto no âmbito federal, quanto nos Estados e municípios, pipocam dia-a-dia os projetos de inclusão digital. Para 2007, a prioridade é criar mecanismos para medir as ações em desenvolvimento e, no governo federal, há quem defenda a criação de uma agenda de inclusão digital para os próximos dez anos.*

Há projetos de inclusão digital espalhados por toda a Esplanada dos Ministérios e pelas empresas estatais federais, e todos eles se propõem a levar o acesso à Internet aos municípios, em benefício da população digitalmente excluída. Falta a eles coordenação e mecanismos para medir os resultados efetivos das ações. E isso deve ser prioridade em 2007. Um ganho, porém, todos ressaltam: a inclusão digital entrou na agenda dos governos como uma necessidade para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país.

“Quando chegamos havia muita incerteza sobre o que era inclusão digital e sobre a política de inclusão digital”, lembra Rodrigo Assumpção, secretário-adjunto de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e coordenador do Comitê Técnico de Inclusão Digital. Hoje, ressalta ele, todos estão convencidos de tratar a inclusão digital como política pública.

O desafio é criar uma agenda de inclusão digital para os próximos dez anos, com ações a serem tocadas independentemente de quem estiver no governo, diz Sérgio Rosa, diretor do Serpro e um dos formuladores do programa de tecnologia do PT. A idéia é que todos os níveis de governo, empresas e sociedade estejam comprometidos com a agenda, e integrem um conselho nacional de inclusão digital a ser criado, informa Edgard Piccino, da equipe do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), órgão encarregado do programa Casa Brasil.

O redesenho do programa de inclusão digital deve incluir também a instituição do Plano Nacional de Banda Larga, a partir da interligação de todos os *backbones* do setor público e a centralização do orçamento e da coordenação das ações. A falta de coordenação resulta em sobreposição de ações e falta de sinergia entre os projetos, reconhece Rodrigo Assumpção. Mesmo sendo coordenador do Comitê de Inclusão Digital, ele não sabe o número de telecentros existentes hoje no Brasil. Em 2007, ele espera consolidar a implantação do Observatório da Inclusão Digital, que reunirá todas as informações dos projetos. O ministro das Comunicações, Hélio Costa, tentou assumir a coordenação das ações de inclusão digital, mas não dispunha de estrutura para fazer o trabalho. “Não dá para centralizar os programas, que estão nos ministérios e estatais”, alerta Sérgio Rosa. A maior dificuldade de um telecentro é a manutenção, principalmente a cobertura de despesas com salários e conexão à Internet. “O governo não tem intenção nem amparo legal para contratar funcionários públicos”, afirma Assumpção. O Plano Nacional de Banda Larga resolverá, segundo ele, o problema do custo de

conexão. “O plano virou demanda nacional”, afirma. E é defendido por vários ministérios. As redes públicas disponíveis, segundo ele, abrangem a “esmagadora maioria da população e do PIB”.

## Uma rede para negócios

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) busca parceiros nos setores público e privado para a manutenção dos seus Telecentros de Informação e Negócios (TIN), destinados às pequenas e microempresas. Já instalou mais de mil unidades. De acordo com o diretor de Articulação Tecnológica do Mdic, José Rincon Ferreira, há 293 propostas de instalação de telecentros de negócios em análise no Ministério, 1.239 instituições habilitadas que ainda não encaminharam a documentação exigida para doação dos computadores, 459 aguardando a liberação dos equipamentos, e 218 em fase de instalação de equipamentos.

A meta é chegar a 3 mil unidades de negócios e formar uma rede de telecentros de informação e negócios, com a criação de um portal e oferta de produtos e serviços. “A prioridade para 2007 é a consolidação da rede”, diz Rincon. A idéia é que cada telecentro tenha um *site* na Internet para atendimento das demandas locais, onde as empresas possam ofertar seus produtos, fazer negócios e também ter acesso aos serviços do governo.

Além disso, o Mdic trabalha para transformar os telecentros em pontos de venda de serviços e equipamentos de informática: há, segundo Rincon, interesse das empresas de informática de ter um canal com as pequenas e microempresas. É uma forma de ajudar na auto-sustentabilidade do negócio, condição exigida pelo Mdic para liberar um telecentro. Nos convênios, entidades e prefeituras parceiras se comprometem a cobrir as despesas de manutenção dos telecentros.

Para instalar os telecentros, o Mdic recorre a doações de equipamentos pelo setor público e privado. A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia são os principais fornecedores de computadores para os telecentros do Mdic. Essas instituições, quando atualizam seus parques tecnológicos, doam os equipamentos usados para a implantação de telecentros.

A SLTI implantou uma central de condicionamento de computadores, em Porto Alegre, e está para inaugurar outras duas. Com bastante atraso no cronograma, a SLTI deve concluir, em 2007, a meta de ter em funcionamento cinco centrais, que receberiam as doações de equipamentos e se encarregariam de

revisá-los e de implantar as ferramentas utilizadas nos programas públicos de inclusão digital.

Também no programa do Mdic falta a implantação de sistema de controle, que permita aferir o grau de utilização dos telecentros, demandas, quantidade de usuários e impacto da inclusão na vida das pequenas empresas. São informações fundamentais para a definição de políticas de governo. De acordo com Rincon, o Ministério oferece uma ferramenta, mas depende da boa vontade dos parceiros para instalá-la. Ele quer, porém, aperfeiçoar a ferramenta para ter melhores indicadores de qualidade e desempenho e avaliar a evolução do município. Um importante parceiro do programa é o Ministério do Desenvolvimento Social, que também investe na inclusão digital.

## Portal de telecentros

O Banco do Brasil, além de doar equipamentos, tem seu próprio programa de inclusão digital, que já instalou 1.639 telecentros. “Estamos concentrando nossa ação na capacitação de monitores”, informa Rosana Melo, coordenadora do programa do Banco do Brasil. Até o final do ano, o Banco do Brasil vai

criar um portal para os telecentros. É o redetelecentros.com.br, que dará condições para que cada telecentro tenha sua própria página na Internet. O portal, além de divulgar notícias sobre inclusão digital, vai oferecer diversos serviços à população, como cursos a distância. De acordo com Rosana, as ferramentas para o portal já foram desenvolvidas e estão em fase de teste. Há também descompassos. “A prática ainda não alcançou o nível do discurso”, reconhece Rodrigo Assumpção. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), por exemplo, tinha planos de fazer de suas agências pontos de conexão à Internet, onde qualquer pessoa poderia se cadastrar e ter um endereço eletrônico. O programa CorreiosNet previa também a criação de um shopping virtual, onde as pequenas empresas anunciariam e venderiam seus produtos. Embora alguns dos serviços estejam disponíveis, são pouco utilizados pela população e pelas empresas. A instalação de telecentros foi facilitada pela doação de equipamentos usados, principalmente pelas instituições financeiras federais. Já o impacto deles na vida das pessoas ninguém sabe. O Banco do Brasil, em 2005, chegou a fazer uma avaliação com visitas a todos os telecentros instalados. Agora, trabalha num novo levantamento eletrônico.

## Casa Brasil: aberto para balanço.

*O programa Casa Brasil deve atingir 130 unidades instaladas no primeiro semestre de 2007, quando entrará numa fase de avaliação, uma espécie de balanço geral para ver seus resultados concretos. “É um novo modelo de política pública, implantar e avaliar ao mesmo tempo”, afirma Edgard Piccino, coordenador do programa do ITI.*

*O programa vai criar metodologia para verificar o impacto do Casa Brasil na vida das pessoas. Assim, será possível verificar se ele está atingindo os resultados esperados e corrigir eventuais falhas na criação de novas unidades. A pesquisa de resultados, em convênio com o CNPq, segundo Piccino, deve abordar o impacto em itens como violência, renda da população, empregabilidade e desempenho escolar. Da análise da pesquisa deve sair a resposta para a seguinte questão: vale a pena instalar mil unidades do programa, como previsto inicialmente? Com 130 unidades (40 em parceria com a Petrobras, 45 a serem inauguradas neste ano e 45 em 2007), o Casa*

*Brasil estará presente nos principais municípios do país. A expectativa, segundo Piccino, é que eles sejam pólos regionais de tecnologia, repassadores de conhecimento aos telecentros das cidades vizinhas. Ou seja, não precisariam estar necessariamente em todas as localidades, o que reduziria o número de unidades necessárias. Esse número deve ser definido pelo Comitê Gestor do Programa, que pode ampliá-lo de 140 para até 500 unidades.*

*Enquanto isso, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, já anunciou a expansão do Gesac (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão), que ele coordena. O Ministério deu início ao processo de licitação para contratar empresas que vão fornecer o serviço de conexão terrestre e por satélite ao programa, a partir de junho de 2007. Reformulado, o Gesac usará a tecnologia que for mais conveniente e econômica para cada ponto. O plano do Minicom é ampliar o número de pontos dos atuais 3,2 mil para até 8 mil.*